ATA ORDINÁRIA – Nº 01 – 30/01/2019

Aos trinta dias do mês de janeiro de dois mil e dezenove, às quinze horas, no Auditório Mário Covas na Câmara Municipal, iniciou-se a reunião Ordinária do COMUS, sendo presidida pelo Presidente Adelino Lidovino de Oliveira Pezzi, que pediu a composição da Mesa, começando pelo Secretário Dr. Danilo Stanzani Junior, Vice-Presidente André Luis dos Santos, 1º Secretário Luiz Carlos Peágno e o 2º Secretário João Carlos Aparecido Machado. O **Presidente Adelino (Titular/segmento Usuário)** iniciou a reunião falando sobre a inscrição para que o munícipe se manifeste, onde após o início da reunião o munícipe tem até 15 minutos para se inscrever, desde que seja um assunto da saúde, tendo direito de fala no final da Pauta. Acusou a presença da Vereadora Amélia, da Vereadora Dulce Rita, a Sra. Andréa representando o Vereador Marcão da Academia e a Sra. Luisa Arantes, representando o Ciborg. Falou que iria passar a fala para o Vice-Presidente André para que fosse feita a leitura e aprovação da ata. O **Vice-Presidente André (Titular/segmento Trabalhador)** deu início à aprovação da ata Ordinária N° 11 do dia 19/12/2018 e falou que as atas são encaminhadas por e-mail para todos os conselheiros. O **Conselheiro Luiz Peágno (Titular/segmento Prestador)** pediu que fosse corrigido na linha 737 o nome **Dr. Udeilton** para **Dr. Odeilton**. O **Vice-Presidente André (Titutlar/segmento Trabalhador)** finalizando a leitura da ata Ordinária N° 11 de 19/12/2018, relatou que como só iriam ficar com a correção apresentada pelo conselheiro Luiz Peágno na página 19, linha 737 da ata Ordinária N° 11 de 19/12/2018 então pediu para os conselheiros que aprovassem a ata com as alterações e correções feitas pelo conselheiro Luiz Peágno que se manifestassem e aos que não aprovassem ou os que se abstém sobre a ata, que também se manifestassem, e assim sem nenhuma manifestação a ata Ordinária N° 11 de 19/12/2018 com a devida correção apresentada pelo conselheiro Luiz Peágno foi aprovada por unanimidade. Deu início às justificativas de faltas dos conselheiros ausentes na reunião Ordinária de 30/01/2019: Dra. Paula Vilhena Carnevale Vianna (seguimento Trabalhador/Suplente), Roberto Lage Guedes (seguimento Usuário/Suplente) e Eliana Bonadio Becker Molina (seguimento Usuário/Suplente). O **Presidente Adelino (Titular/segmento Usuário)** continuando passou para as atividades do mês da Mesa e do Conselho no mês de janeiro, dia 07/01, prazo final das inscrições da eleição do COMUS, dia 09/01, reunião da comissão Eleitoral do COMUS para definir as ações para a eleição dos conselheiros do COMUS, dia 14/01, divulgação das vagas para eleição do COMUS das instituições e dos representantes regionais de CGU, na parte da tarde do mesmo dia houve reunião da comissão para Responder Demanda do Ministério Público, dia 21/01, das 8h às 15h foi o início das eleições para o Conselho das instituições inscritas e devidamente acatadas com seus pré-requisitos, dia 24/01, reunião da comissão de Políticas Públicas no Hospital Antoninho da Rocha Marmo, sendo uma demanda levantada pelo conselheiro João Carlos dos Santos, onde eles foram ouvir a instituição sobre a decisão deles de sair como prestadores do município, a Secretaria já tinha se pronunciado e o Hospital confirmou que é uma decisão deles por uma questão de sobrevivência. Comentou que nessa fala foram questionadas algumas coisas e uma das coisas que foi confirmada, que o que eles poderiam vender, seria o terreno, pois não possuem intenção de ampliação, mas que querem melhorar o atendimento sem o atendimento do SUS por razões econômicas. Falou que o Hospital afirmou que não possuem intenção de sair do município, eles foram convidados a fazerem uma fala no Conselho, mas o Hospital achou por bem não fazer essa fala. Continuando falou que no dia 25/01 houve reunião da comissão de Orçamento e Finanças para a Prestação de Contas do 3° Quadrimestre de 2018 e junto foi apresentado o que está na Pauta sobre um contrato do Estado com o município e não com o Fundo Municipal de Saúde, sendo um dinheiro extra para três itens que serão apresentados, no dia 26/01 foi a primeira Pré-Conferência de Saúde na Zonal Sul na Casa do Idoso e em nome da comissão Organizadora pediu desculpas por algumas falhas e ajustes e que no dia 31/01 a comissão da coordenação da Conferência vai se reunir para acertar alguns detalhes e algumas demandas que foram levantadas. Relatou que no dia 31/01 terá a eleição do último grupo da sociedade civil, sendo os dos prestadores, no COMUS às 9h e em seguida terá a reunião da

comissão Organizadora da XIII Conferência Municipal de Saúde. Lembrou a todos que após a conclusão da eleição no novo Conselho do COMUS a posse dos novos conselheiros será no dia 22/03 na abertura da XIII Conferência Municipal de Saúde no CEFE das 19h às 22h. Comentou que é importante que todos participem, pois haverá uma fala de uma pessoa que conhece muito bem o SUS e que é um defensor do SUS. Comentou que a sala do COMUS mudou e agora está junto à Vigilância. Continuando a Pauta pediu para a Secretária Érika projetar a agenda das reuniões, para que os novos conselheiros já comecem a se programar. Relatou que há três reuniões que a data das reuniões seria no último dia do mês, em razão de ser uma exigência e por uma necessidade de cumprir uma agenda legal que precisa ser encaminhada ao Ministério da Saúde e outros órgãos. Afirmou que foi uma solicitação dos técnicos que fazem as apresentações. Falou que nos outros anos não havia reuniões em janeiro, pois no ano passado teve que ser feita uma reunião Extraordinária em razão de um atendimento legal. Comentou que o Conselho recebeu uma demanda no dia 29/01 às 23h, já foi encaminhado a Secretaria e será marcada uma reunião com a comissão de Políticas Públicas junto a Secretaria para que haja um melhor entendimento e provavelmente trazer uma apresentação para o Conselho. Comentou que o assunto que será discutido é sobre o Projeto Casulo. Passou a palavra para o **Secretário Dr. Danilo Stanzani (titular/segmento Gestor)** que falou que foi Secretário entre 2011 e 2012 e em 2011 o Projeto Casulo ficava na travessa da Adhemar de Barros que vai até a 9 de julho em uma casa alugada, com condições inadequadas para o tipo de serviço que era prestado e ele foi quem acabou assinando o contrato de aluguel com a atual casa onde está funcionando o Projeto Casulo. Comentou que nesse momento as duas maternidades municipais que se tinha, eram no Pio XII e na Santa Casa e o Projeto Casulo veio para cuidar da gestação de alto risco. Em 2012 já não se tinha mais o Pio XII e nem a Santa Casa, mas tinha o Hospital Antoninho com a maternidade pública e o Hospital Municipal com dois terços ou mais dos partos. Falou que a regulamentação da Rede Cegonha dá algumas diretrizes e faz com que a gravidez de alto risco seja atendida dentro da maternidade. Relatou que trabalhou no resgate e por várias vezes eles foram buscar gestantes de alto risco que passavam mal no Projeto Casulo e tinham que ser levadas para o hospital. Citou que o que se recomenda é que no início da gestação o pré-natal seja feito sempre na Unidade Básica de Saúde para que a pessoa fique mais próxima de sua residência e no alto risco que as consultas sejam feitas dentro do hospital pela questão do risco de ter que ser feita uma intervenção precocemente pelo risco de complicação e também para que a pessoa conheça a maternidade e conheça os obstetras que farão o parto dessa gestação. Relatou que em 2012 o alto risco foi tirado do Projeto Casulo e foi levado para dentro do Hospital Municipal, sendo que foi uma normativa dentro do Projeto Rede Cegonha e está funcionando. Comentou que recentemente começou essa questão do Projeto Casulo e o que ele tem para dizer é que tem um prédio público próprio, que é a unidade de especialidade, e eles estão levando o serviço do Projeto Casulo para dentro de uma unidade própria dentro da UES mantendo todos os serviços que são assistidos na unidade e levando para dentro da unidade de especialidade, assim não se gasta com a reforma do imóvel e não será gasto com o aluguel. Falou que há um serviço que está saindo da unidade de especialidade e será ampliado o térreo da unidade de especialidade para que todo o serviço caiba dentro da unidade de especialidade. Comentou que essa é a posição da Secretaria, o serviço será transferido de um prédio alugado para uma unidade própria, a Pedro Rachid, que foi reformada, e hoje é uma unidade que atende 900 consultas por dia, ou seja, será trazido para a unidade de especialidade o Projeto Casulo mantendo as suas funções. O **Presidente Adelino (Titular/segmento Usuário)** falou que o Conselho com a comissão de Políticas Públicas vai se reunir com a Secretaria e vão discutir sobre esse assunto. Falou que devido a importância do projeto e do trabalho ele iria abrir uma exceção para que uma pessoa que quisesse falar sobre o assunto. A **Vereadora Amélia** comentou que no dia 29/01 eles receberam na Câmara Municipal uma comissão de mães que são usuárias, que foram acompanhadas pela Sra. Rosa Miranda. Falou que na reunião estavam a Vereadora Dulce Rita,

Vereador Elton, Vereador Robertinho da Padaria, Vereador Wagner Balieiro e ela, e nessa reunião as mães fizeram uma série de ponderações sobre essa questão de mudar para a UES e uma das preocupações é que ficou de fora do escopo da proposta a gestante de médio risco. Falou que hoje o Hospital Municipal já está lotado agora que ele está recebendo os pacientes do Antoninho da Rocha Marmo e no dia 29/01 haviam mães que são de médio risco, se sabe que as pessoas que possuem problemas de Sífilis, Tuberculose, Anemias e outras doenças vão ficar de fora e não tem como essas pessoas serem atendidas no Hospital Municipal ou serem atendidas em sua região, ou seja, na UBS ou na UES. Falou que o que eles querem e dependem é que o projeto seja ele inteiro e que o médio risco seja junto. Comentou que não é somente ir para a UES, propôs para a comissão que irá discutir esse assunto que faça uma visita e as mães propuseram que eles da Câmara, façam uma visita para ver se o local tem condições de abrigar a todas. Afirmou que é importante que esse projeto consiga abranger e estar com os quatro eixos, gestante de médio risco, centro de lactação, triagem neonatal, adolescentes grávidas e mulheres que engravidam a partir de 40 e 50 anos. Passou a palavra para a **Sra. Rosa Miranda** que falou sobre a importância de manter o projeto na íntegra. Falou para o Secretário Dr. Danilo Stanzani (titular/segmento Gestor), que as mães se sentiram muito ofendidas em relação a fala feita pelo Secretário que classificou as mães como pessoas arruaceiras, mas que não é verdade, pois elas são mães trabalhadoras, possuem filhos que são atendidos dentro do Projeto Casulo e que necessitam dessa política. Afirmou que nessa cidade a coisa de saúde que funciona sem reclamação é o Projeto Casulo. Comentou que quando eles defendem para que o Projeto Casulo vá na íntegra é porque eles não querem separação, em razão de que hoje quando se pensa em fracionar o Projeto Casulo levando a amamentação e a lactação para a Vila Maria, levando doenças infecciosas como Anemia e outras para a UES e as grávidas de médio risco para o Hospital Municipal será ruim, pois sabe-se que hoje as adolescentes grávidas até 15 anos de idade elas necessitam, pois na primeira gravidez elas são acompanhadas até a segunda gravidez principalmente nas orientações. Falou que se essas adolescentes são portadoras de alguma doença infecciosa, como é o caso da Rubéola entre outras, sabe-se que essas mães precisam de um cuidado e também tem as idosas que hoje são atendidas no Projeto Casulo. Afirmou que não estão ali para fazer alarde, mas estão ali para defender seus diretos, querem que a política seja garantida, não é uma política partidária, mas é uma política que deu certo para a população e que eles querem que seja mantida. A **Vereadora Amélia** afirmou que é importante ressaltar que o acolhimento é uma questão muito importante, pois quando se fraciona, o projeto é diluído. Falou que quando o Carlinhos fez o Hospital da Mulher foi porque as pessoas faziam o exame de mamografia, mas fazia a consulta em um lugar e o exame em outro e a grande preocupação foi unificar e ter o acolhimento e hoje eles continuam sendo um exemplo e o Projeto Casulo também é referência. Falou que a Prefeitura deve rever e deve alugar um local e se o preço for de R$10 mil que a Prefeitura alugue outro com um prédio que tenha todos os atendimentos, mas que não em uma UES em razão de que o projeto será diluído. O **Presidente Adelino (Titular/segmento Usuário)** comentou que o Conselho precisa se manifestar e a comissão de Políticas Públicas junto com a Secretaria e não tem nenhum problema de representantes dos pais em participarem dessa discussão. Afirmou que o Conselho defende o que é melhor para o município e para a saúde. Relatou que após passar pela comissão e estiver tudo esclarecido isso voltará para o Conselho e será Pautado. O **Secretário Dr. Danilo Stanzani (titular/segmento Gestor)** falou que só tinha falado para as pessoas tomarem cuidado para não serem usadas, pois ele sabe que essas pessoas possuem um problema sério, mas que é comum o que ele disse no vídeo de pessoas com problemas possam ser usadas de maneira política. Afirmou que não quis dizer que a pessoa era arruaceira em nenhum momento e que ele nem conhece a pessoa para falar isso. Comentou que o Projeto Casulo será transferido para uma unidade do município com todos os recursos da mesma unidade, mas o que é preciso entender é que ali é feito saúde pública, ou seja, o mesmo cuidado que uma pessoa recebe, os outros pacientes também precisam receber

e é isso que ele precisa promover dentro de uma Secretaria de Saúde. Afirmou que é contra os princípios do SUS deixar portas e cuidados diferentes para pacientes da mesma rede e com relação a Tuberculose não é no Projeto Casulo que a Tuberculose é tratada. O **Presidente Adelino (Titular/segmento Usuário)** falou que foi ouvido os dois lados e que a comissão irá discutir mais detalhadamente com a participação de todos e o resultado será trazido no Conselho. Perguntou ao Secretário se ele teria mais algum informe da Secretaria. O **Secretário Dr. Danilo Stanzani (titular/segmento Gestor)** informou que a próxima Pré-Conferência Municipal, de Saúde será no dia 02/02/2019 na Fundhas do Putim, na Av. João Rodolfo Castelli, N° 96 e outra informação importante é sobre o credenciamento de cirurgias oftalmológicas que foram abertas hoje, ou seja, outras entidades poderão se credenciar para realizar consulta e cirurgia oftalmológica e hoje está sendo assinada com o Hospital de Clínica Sul administrada pelo HMTJ, uma OS, e com o valor economizado durante o contrato vai realizar por volta de 3.600 mil consultas de especialistas no Hospital de Clínica Sul, ou seja, eles ampliam a oferta de especialista na rede e o Hospital de Clínica Sul, passa a partir da semana que vem, a atender especialidades de ortopedia, cardiologia e urologia. O **Presidente Adelino (Titular/segmento Usuário)** falou que o Conselho Municipal de Saúde é um órgão de fiscalização de controle social e ele não faz parte da Secretaria, ou seja, ele não é funcionário da Secretaria de Saúde, não responde por nada da Secretaria, pois além de cuidarem de Políticas Públicas, e isso está na Lei, ele é responsável pela fiscalização. Pediu que qualquer encaminhamento feito, que fosse feito em nome do Conselho. Continuando a Pauta perguntou se algum conselheiro tinha alguma matéria para ser inscrita na ordem do dia para a próxima reunião e perguntou se tinha algum pedido de inscrição para assunto emergencial devidamente justificado e aprovado pela maioria do Conselho para ser apresentado na ordem do dia. Falou que seguindo a Pauta ele iria apresentar o item I o Regimento Interno. Falou que o Conselho recebeu uma demanda do Ministério Público, pois toda vez que o Regimento muda o Regimento precisa ir para a Secretaria, o Secretário precisa encaminhar para o Prefeito e o Prefeito precisa fazer um Decreto referendando o que foi alterado do Conselho. Afirmou que o Conselho tem competência para mudar o Regimento desde que respeite resoluções, legislação e leis superiores, mas que na última alteração do Regimento em 2016 isso não foi feito. Comentou que por se ter um processo no Ministério Público foi solicitado o Decreto e foi verificado que o Decreto não foi feito, ou seja, esse problema precisa ser corrigido e para que esse problema seja corrigido foi instalado uma comissão paritária de usuários, trabalhadores, prestadores e gestores, mas que na realidade o que eles precisam e precisa ser aprovado pelo Pleno é o Regimento que foi aprovado no ano de 2016 não foi modificado, mas foi feito somente alguns ajustes de termos. Citou que as palavras em vermelho foi o que foram corrigidos, ou seja, onde estava escrito **Conselho Municipal de Saúde** faltava a palavra **COMUS**, estava faltando também a **Resolução 554** que foi posterior a 2016; onde estava escrito **Sistema Único de Saúde** estava faltando a palavra **SUS,** e no **capítulo II – Da Composição no item III – Participação dos Prestadores dos Serviços de Saúde na letra B** foi incluído a palavra **Apoio ao Cidadão**. O **Vice-Presidente André (Titular/segmento Trabalhador)** continuando a leitura das alterações do Regimento Interno falou que no **Capítulo VI – Estrutura e Funcionamento do Conselho de Saúde na Seção I – Do Colegiado Pleno no Parágrafo 6** e **7** onde estava escrito **COMUS** faltava a palavra **Conselho Municipal de Saúde**, no **Art. 17** foi incluído a palavra **e extraordinárias** e foram corrigidos alguns erros de ortografia, no **Art. 18** no **parágrafo 3** e **4** foram incluídos os numerais **15** e **30**, **na Seção III – Da Secretaria Executiva no Art. 31 item II do – Estrutura e Funcionamento do Conselho de Saúde** foi incluído a palavra **as reuniões**, onde estava escrito **Conselhos Gestores de Unidades** faltava a palavra **CGU's**, na **Seção IV – Das Comissões Técnicas e Grupos de Trabalho** no **Art. 34 item III** foi acrescentado a palavra **Colegiado**, no **Capítulo IX – Das Disposições Gerais** no **Art. 42** foi acrescentada a palavra **anterior** e no final do Regimento Interno em seu último parágrafo a palavra **31 de agosto de 2016** foi alterada para **30 de janeiro de 2019**. O **Presidente Adelino**

(Titular/segmento Usuário) comentou que é necessário concluir essas informações em razão de ser uma solicitação do Ofício N° 059/2018 da 14° Promotoria encaminhada pelo Promotor de Justiça Dr. Marcos Antônio Librelon, onde ele pediu essas informações para 10 dias, eles recorreram, foi pedido mais tempo e o que foi possível foi feito. Falou que a comissão instituiu a comissão paritária no dia 14/01, no mesmo dia foi marcada uma reunião às 14h30 para tratar da demanda do Promotor Público com os conselheiros Usuários – Adelino L. O. Pezzi, Eliane Bonadio Becker Molina, João Carlos Aparecido Machado, João Carlos dos Santos, Laura Maria Marrocco Nogueira, Trabalhadores – André Luis dos Santos, Daniel Tineu Leite Maia, Flávia Helena Pereira Fidalgo, Dr. Othon Mercadante Becker, Prestador – Luiz Carlos Peágno e Gestor – Clarisvan do Couto Gonçalves. Pediu para que o Vice-Presidente André (segmento Trabalhador/Titular) colocasse em votação os ajustes e correções feitas. O **Vice-Presidente André (Titular/segmento Trabalhador)** deu início ao processo de votação das alterações que foram colocadas e lidas para o Plenário em decorrência da solicitação feita pelo Promotor de Justiça Dr. Marcos Antônio Librelon. O **Presidente Adelino (Titular/segmento Usuário)** afirmou que a solicitação do Dr. Marcos Antônio Librelon é em relação ao Decreto da última alteração do Regimento em vigor. O **Vice-Presidente André (Titular/segmento Trabalhador)** falou que a maioria dos ajustes foram de erros de ortografia. Continuando colocou em processo de votação a alteração do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de São José dos Campos, pediu aos conselheiros que concordassem em fazer os ajustes no Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde que se mantivessem em seus lugares, pediu aos Conselheiros que são contrários às alterações de ajuste que se manifestassem, pediu aos conselheiros que se abstém dos ajustes propostos que se manifestassem, **assim sem nenhuma abstenção e nenhuma rejeição o Regimento Interno com seus ajustes ortográficos foi aprovado por unanimidade.** O **Presidente Adelino (Titular/segmento Usuário)** dando seguimento à Pauta, nesse momento seria apresentada a Prestação de Contas do 3° Quadrimestre de 2018, que será feita pelo Sr. José Aparecido Nunes responsável pelo Fundo Municipal de Saúde e em seguida irá ocorrer a apresentação do Sr. Gilson que fará a Prestação de Contas do Convênio N° 228/2018 entre o Estado e o município, onde o dinheiro não entrou no Fundo Municipal da Prefeitura. O **Sr. José Aparecido** falou que deixaria o Sr. Gilson fazer a apresentação da Prestação de Contas primeiro por ter menos slides e em seguida ele fará a apresentação da Prestação de Contas do 3° Quadrimestre. O **Sr. Gilson** comentou que iria apresentar a Prestação de Contas parcial do Convênio N° 228/2018 firmado entre o Estado e a Prefeitura. Falou que estão seguindo uma exigência do Estado para a Prestação de Contas sendo a apresentação para o COMUS e em seguida é preciso mandar para o Estado a ata de aprovação. Citou que esse convênio prevê três objetos, sendo eles a pintura externa e interna de 4 Unidades Básicas de Saúde no valor de R$ 50 mil, aquisição de medicamento no valor total de R$150 mil, onde entre eles há o Metildopa, Gliclazida, Carvedilol e o Sinvastatina, e por último a aquisição de um aparelho de anestesia com um monitor multiparâmetros com um valor total estimado em R$220 mil, ou seja, o repasse total feito pelo Estado é de R$420 mil. Comentou que no demonstrativo das despesas que compõem os documentos apresentados pelo Estado até o final de 2018 foi feito o gasto parcial apenas dos medicamentos, ou seja, ainda não foi feito o gasto de pintura e não foi adquirido o aparelho de anestesia que está em licitação no setor de compras da Secretaria de Saúde. Falou que está sendo apresentado 17 notas fiscais, possuem a natureza da despesa de cada nota, os medicamentos adquiridos em cada nota fiscal e o valor do gasto até o final de 2018 é de R$134.871,85. Comentou que o demonstrativo de receitas e despesas é um relatório que precisa ser preenchido relacionado à conciliação bancária, ou seja, é mostrado a data do documento, sendo a data da nota fiscal, o fornecedor de cada um desses medicamentos, o valor das notas fiscais, a penúltima coluna é o valor de pagamento que é indicado no extrato da conta e a data da compensação que é a data do pagamento de cada uma dessas notas. Falou que no slide ele grifou uma linha de azul para ilustrar uma nota fiscal, o recebimento desse produto pelo almoxarifado é demostrado no extrato da

conta. Comentou que o gasto total é de R$134.871,85, o recurso enquanto não é utilizado ele é aplicado em fundo de investimentos pelo banco, tiveram uma receita de aplicação no valor de R$4.498,88 e no final do exercício de 2018 o saldo na conta mais aplicação está no total de R$289.627,03 e esse valor ainda será utilizado nesse ano de 2019 para os demais serviços que não foram feitos e o equipamento que ainda não foi adquirido. Comentou que na linha grifada há uma nota fiscal do fornecedor ATONS do Brasil que fornece o medicamento Carvedilol que foi emitida no dia 23/07/2018, sendo a data do documento e o valor total da nota é de R$6.775,65 também está no demonstrativo. Comentou que o documento do cheque do extrato bancário N° 4306 ele possui o extrato da conta do mês de agosto, com a compensação no dia 24 de agosto e com o valor total da nota fiscal de R$6.775,65. Comentou que colou no slide o verso de cada nota fiscal onde o almoxarifado da saúde recebe os medicamentos, faz a conferência e atesta o recebimento dos medicamentos. Falou que há um documento emitido pela Secretaria de Gestão de Finanças sendo a conciliação bancária no mês de dezembro, ou seja, é o atestado do valor da conta que está em um total de R$289.627,03, sendo o mesmo saldo apresentado no final do exercício que foi apresentado para o Estado. Finalizando relatou que isso é uma exigência para que eles prestem conta para o Estado e foi um recurso gasto parcialmente, ou seja, ainda vai ter a Prestação de Contas final no decorrer desse ano. Perguntou se alguém tinha alguma dúvida referente a explicação. O **Sr. José Aparecido** falou que se alguém questionar algo em relação ao restante do valor a explicação é que houve uma prorrogação de prazo que vai até dia 31/12/2019, ou seja, eles ainda possuem um prazo para utilizarem esse recurso. O **Presidente Adelino (Titular/segmento Usuário)** afirmou que tudo isso foi apresentado para a comissão de Orçamento e Finanças e Políticas Públicas e que depois ele iria pedir para um dos conselheiros que estavam presentes nessa reunião para que ele se manifeste, pois a comissão precisa dar o seu parecer. Falou que checaram várias notas e algumas dúvidas foram tiradas, mas caso algum conselheiro tivesse alguma dúvida que se manifestasse. Deu início ao processo de votação da Prestação de Contas do Convênio N° 228/2018 entre o Estado e o município, pediu aos conselheiros que concordassem com a apresentação que ficassem em seus lugares, pediu aos conselheiros que são contrários a apresentação que se manifestassem, pediu aos conselheiros que se abstém que se manifestassem, assim **a Prestação de Contas do Convênio N° 228/2018 entre o Estado e o município foi aprovada por unanimidade.** O **Presidente Adelino (titular/Segmento Usuário)** pediu para que o Sr. Aparecido iniciasse a sua apresentação. O **Sr. Aparecido** disse que iria fazer uma fala do que fez anteriormente no 2º quadrimestre, para aqueles que não estavam presentes, falou que o relatório consiste nas Receitas, que eram repassadas pelo Município, e também, iria trabalhar em cima das Despesas. Falou que o Município tem a obrigatoriedade, segundo a lei nº 141 de 2012, de aplicar 15%, e seriam algumas receitas, que estariam colocadas no mês de setembro de 2018. O Município teve Receita própria de arrecadação, de R$142.208.571,83, a Receita alocada para a Secretaria, foi de R$40.257.775,55, que significou 28,31%, em outubro foi de R$155.478.611,65, para a Secretaria foi R$42.937.233,72, significou 27,62%, em novembro foi R$139.816.959,13, para uma Receita Transferida de R$56.934.289,97, significou 40,72%, em dezembro foi de R$144.424.128,63, para a Secretaria foi R$42.424.402,25, significou 29,37%, dentro do quadrimestre o montante arrecadado foi de R$581.928.271,44, para uma Receita de R$182.553.701,49, significou 31,37%. Falou de uma casualidade no mês de novembro, o valor de aplicação de 40,72%, se deu devido ao Município ter feito a antecipação do 13º, pagando em parcela única, por isso houve um valor maior no mês de novembro, dentro do quadrimestre o Município gastou 31,37%, nos meses anteriores, estava na faixa de 27 a 28%, nos bimestres anteriores, apresentou um resumo de como fazia a aplicação, o Município entrou com R$515.545.091,88, significou 76,91%, recursos recebidos do Governo Federal foi de R$148.997.352,28, Recurso Estadual foi de R$5.816.120,62, o que totalizou R$670.358.564,78, sendo que houve um saldo financeiro de R$21.960.694,90 para o exercício corrente. O que foi recebido do Estado significou 22,14%, e o que foi

recebido do Governo Estadual significou 0,86%, disse que o número do Estado era baixo e em conversa com a Comissão, queriam ver junto ao Estado, aquilo que não passou pelo cofre Público do Município, queriam saber qual foi o montante, para ver se conseguiriam visualizar esse número maior, porque o que veio do Estado e passou pelo cofre foi muito pouco, o recurso foi muito escasso, porque eles têm autonomia de alguma coisa, exemplo, transferência da Santa Casa para o AME, o recurso vai diretamente, não passa através da Secretaria ou através do Município, são coisas indiretas, o Município não pode interferir. O **Secretário Dr. Danilo Stanzani (titular/Segmento Gestor)** disse que além do Recurso Estadual, informado que entrou pelo Fundo Municipal, seriam os repasses diretos que iriam para alguns hospitais e tinha o Recurso Assistencial, existem 4 ferramentas estaduais no Município, o Hospital Regional, o AME, o NASF e o Centro de Reabilitação Luci Montoro; isso seria contabilizado para cumprir os 12% do Orçamento do Estado, como recurso colocado no Município. O **Sr. Aparecido** falou que dentro do quadrimestre, dos recursos próprios do Município com Saúde, que foi de R$182.553.701,49 em relação a Receita do Município, aplicado 31,37% dentro do quadrimestre, em relação aos R$581.928.271,44, o per capita dentro do quadrimestre, com a população de 703.219, significou R$259,60 por pessoa, dos recursos transferidos. Falou das Despesas, que seriam alocadas de acordo com o que proporciona a lei nº 4.320, que rege a parte contábil dentro do Município, disse que iria comentar um a um. A 319004, Contratação por Prazo Determinado, estava colocado as pessoas que trabalham como Agentes Comunitários de Saúde ou Agentes Comunitários de Endemias, que eram contratados por prazo determinados, a previsão de orçamento foi de R$5.667.000,00, atualizado passou para R$5.358.975,71, foi empenhado R 5.249.007,86, Salário Família foi orçado R$4.000,00, mas não foi utilizado, Vencimentos e Vantagens Fixas, que seriam todos os Servidores, mais os cargos comissionados, a previsão inicial era de R$209.470.000,00, no fechamento do exercício passou a ser R$187.524.363,58, para uma Despesa de R$186.854.741,03, Obrigações Patronais, seria o que o Município deve para a Previdência, como o Fundo de Garantia, PASEP, e outros, estavam relacionadas aos Encargos Sociais, R$1.133.000,00 foi a abertura, e o fechamento de R$2.092.091,77, o valor empenhado de R$2.092.091,77, Indenizações e Restituições, seriam indenizações trabalhistas dos servidores que saem, a previsão inicial era de R$2.612.000,00, fechamento R$2.995.000,00, empenhado R$2.904.267,84, o 319096, Ressarcimento de Despesas de Pessoal Requisitado, era R$4.000,00, ficou R$4.000,00, esse ressarcimento era do antigo Secretário Dr. Huruta, que era reembolsado para o Estado, o valor do antigo Secretário, como obrigações, o 329121, Juros da Dívida, seriam empréstimos que a Prefeitura fez e tiveram algumas áreas onde foram utilizados esses recursos, para fazer investimento dentro da Saúde, foram R$828.000,00, no fechamento do ano foram R$823.000,00 e foram empenhados R$823.000,00, o 335039, Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, o valor de R$210.376.000,00, nesse estavam os contratos com as Organizações Sociais, da SPDM Hospital de Clínica Sul, as UPA's do Putim e do Alto da Ponte, no fechamento o valor atualizado de R$224.088.368,28, o valor empenhado de R$224.088.368,28, Subvenções Sociais, que tem o projeto com a Casa da Acolhida, recurso destinado a AIDS, que seria repassado para eles, teve valor inicial de R$100.000,00, fechou R$120.000,00 e foi empenhado R$120.000,00, o 337170, Rateio pela Participação em Consórcio Público, seria um Consórcio que existe entre a Prefeitura do Município com o SAMU, repasse da parte do SAMU, inicial era R$12.840.000,00, fechamento foi R$11.958.540,52, com valor empenhado de R$11.958.540,52, o 339008, Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar, o servidor tem o direito a receber uma restituição, quando ele tem convênio médico, o Município devolve parte, seguindo a lei, valor de R$1.267.000,00, com fechamento de R$665.012,19 e fechou o valor empenhado de R$665.012,19, o 339014, Diárias, R$52.000,00, foram fechados R$14.821,50 e R$14.821,50. Com relação à lei, referente aos 3 princípios da Contabilidade, fala que para fazer qualquer Despesa dentro do Município, 1º você empenha, depois você liquida e depois você paga, existem princípios, então tem ética dentro da Contabilidade para serem

seguidos, são ritos, se não tiver uma Despesa, que não haja previsão dentro da uma categoria econômica, teria de criar essa categoria econômica, para poder fazer essa despesa antes. Seguiu o mesmo ritmo, e colocou o valor liquidado, na Contratação de Serviços por Tempo Determinado, o Líquido Acumulado foi de R$5.249.007,86, o Valor Pago foi de R$5.249.007,86, Vencimentos foi de R$186.854.741,03, disse que iria falar dos maiores valores, para não ficar repetindo os menores, o 335039, R$224.088.368,28, R$222.583.615,04, o Rateio, R$11.958.539,52, R$11.958.539,52, Líquido Acumulado Totalizado R$480.481.382,65, R$478.976.629,41 que seria o valor Pago Acumulado, o Saldo a Empenhar foi de R$1.079.225,28 e o Saldo a Pagar foi de R$4.713.193,86. Falou do Material de Consumo, que iria desde a aquisição de medicamentos, tanto farmacêutico, laboratorial e químico, foi projetado R$39.021.000,00, o fechamento final foi de R$38.093.108,59, o valor empenhado de R$37.896.670,59, Material de Distribuição Gratuita, seria a parte que entra a Demanda Judicial e Demanda Administrativa, no qual algumas pessoas dentro da Unidade de Especialidade entram com Processo, seria analisado o Processo Administrativo e também medicamentos que seriam distribuídos, seriam materiais de distribuição gratuita e entraria também serviços, que seriam solicitados através de demanda judicial ou demanda administrativa, porque seriam determinados para determinada pessoa, seriam serviços definidos para a pessoa, inicial de R$5.543.000,00, fechou com R$5.882.397,01, valor empenhado de R$5.840.093,76. Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física, seriam pessoas físicas que o Município contratou para prestação de serviço, exemplo de serviços de perueiro, médico autônomo, que às vezes têm no credenciamento, foi projetado inicial R$1.858.000,00, fechou com R$1.220.873,73, valor empenhado de R$1.220.873,73, 339037, valor de R$20.156.000,00, R$13.415.097,08. Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, o 339039, seriam serviços terceirizados na Secretaria, exemplo do hospital Pio II, a Santa Casa, Valeclin, alguns serviços de ultrassonografia, fisioterapia, a projeção inicial era de R$115.516.000,00, fechou o orçamento em R$137.353.791,10. Auxílio Alimentação que era para o servidor, porque o Município repassaria o valor para o servidor se alimentar, foi de R$7.571.000,00, fechou em R$5.330.366,82, valor empenhado de R$5.330.366,82. Equipamentos e Material Permanente, 449052, R$1.728.000,00, fechou o valor de R$3.385.731,99 e valor empenhado de R$3.381.428,99, para esse, o Município recebeu muitas emendas, estaria usando as emendas para poder comprar os equipamentos, vindo verba do Governo Federal. Disse que iria para o lado do Valor Liquidado, Material de Consumo no valor Liquidado de R$34.860.092,52, foi pago R$31.821.881,56, o 339039, R$119.720.184,99, R$118.194.225,49, falou os de maiores valores. No final, o Município teve um valor liquidado de R$668.297.409,11, para um valor acumulado de R$681.905.066,68 e um saldo a pagar de R$31.142.478,99. O Orçamento previsto para o exercício foi de R$691.884.000,00, fechou o orçamento no exercício em R$695.695.613,01 e o valor empenhado foi de R$693.047.545,67. Mostrou um resumo do Material de Consumo, como foi gasto dentro do quadrimestre e o valor que foi Empenhado, disse do Material Farmacológico, que foi empenhado dentro do quadrimestre R$8.942.905,35, para um Valor Acumulado no ano de R$24.681.557,65, Valor Baixado dentro do quadrimestre de R$7.646.810,49, Valor Acumulado de R$20.491.350,96, informou que estaria passando somente os maiores valores, para conhecimento. Material Hospitalar, R$1.598.806,44, Valor Empenhado Acumulado de R$6.945.064,17, Valor pago no quadrimestre de R$2.405.964,30, Valor Baixado Acumulado de R$6.212.922,97, que totalizou um Valor Acumulado dentro quadrimestre de R$11.605.806,80, Valor Acumulado no ano de R$37.896.670,59, Valor baixado de R$12.137.888,02, Acumulado deR$ 31.821.881,56. O resumo do serviço, com destaque maior ao Serviço Técnico Profissionais, de R$2.323.839,64, R$4.093.815,84, R$2.044.637,38, Valor Acumulado de R$3.416.953,38, disse que esses Serviços Técnicos Profissionais, estavam à contratação dos médicos, que foram feitas através de credenciamentos e mais o contrato da Urbam, que o Município tem dentro da Secretaria. A Manutenção dos Prédios e Conservação, que daria um Valor Acumulado no ano de R$2.652.739,72. O Contrato de

Manutenção das UBSs pela Secretaria, com Valor Pago no período de R$1.289.081,00, o Valor baixado de R$2.216.664,71. Fornecimento de Alimentação, os casos dos valores apresentados, que estavam dentro dos parênteses, negativos, a explicação era que o Município fazia uma estimativa no início do ano, empenharia esses valores e no caso da não utilização, cancelaria dentro do período, como foi feito dentro do quadrimestre, acabou saindo negativo e aconteceu dentro do Fornecimento de Alimentação, Energia Elétrica, Esgoto e Serviço de Comunicação, esses valores foram caindo. Energia Elétrica houve uma economia, Água houve uma revisão dentro do Município, onde foram trocados alguns equipamentos, tanto da Energia, como o de Água, foram revistos os hidrômetros, as caixas de energia, e houve uma economia para o Município, por isso houve a queda. Serviços Médico-Hospitalar, Odontológicos e Laboratoriais, foi de R$14.792.057,68, para um Valor Empenhado de R$100.957.814,42, Valor pago de R$35.093.616,98, Valor baixado de R$87.920.554,23, esses serviços estariam relacionados a todos os serviços, que o Município não conseguiu prestar, então utilizou serviços de terceiros, exemplo da Santa Casa, Pio XII, Valeclin, fisioterapia, ultrassom, que estavam alocados dentro dessa Despesa. Deu destaque para os Contratos de Gestão, da UPA do Putim, o Valor Empenhado dentro do ano de R$13.933.316,28, Pago dentro do quadrimestre de R$4.688.877,52, Valor Acumulado de R$12.761.096,90, da UPA do Alto da Ponte, R$14.719.111,08, Valor Baixado no período de R$4.906.370,36, Valor Baixado Acumulado de R$14.719.111,08. Contrato de Gestão do Hospital pelo SPDM, foi Empenhado dentro do quadrimestre o valor de R$13.826.879,20, para um montante Empenhado do ano de R$162.898.146,16, Baixado dentro do quadrimestre o valor de R$45.307.011,48, Acumulado no ano inteiro de R$162.583.182,16. O Ambulatório da Mulher foi de R$3.600.000,00, dentro do quadrimestre R$1.200.000,00, e no ano R$3.600.000,00. O Hospital Terezinha de Jesus, o Hospital de Clínica Sul foi empenhado R$5.032.657,78, o Empenhado Acumulado foi de R$28.937.794,72, o Baixado no período R$9.859.770,60, o valor Baixado Acumulado R$28.937.794,72 e o contrato do SAMU no valor de R$11.958.540,52, pago no período R$4.011.215,32, e o Baixado Acumulado R$11.958.540,52, totalizou dentro do período R$36.762.928,74, o valor Acumulado no período, o fechamento do ano foi de R$372.163.040,87, o valor Baixado dentro do período R$116.405.272,80, o valor Acumulado no ano de R$352.753.950,87, e mostrou um comparativo entre o Valor Repassado pelo Município e o Valor Gasto, que basicamente estavam iguais e estavam estáveis. Encerrou a exposição e questionou se alguém teria alguma dúvida, colocando-se a disposição para responder. O **Conselheiro Paulo Canelas (Titular/SegmentoUsuário)** esclareceu que a apresentação foi feita anteriormente para a Comissão, e feita a avaliação e questionamento dos documentos apresentados, os Conselheiros fizeram o seu papel de fiscalização e na ocasião, foram pré-aprovadas, as contas que estavam sendo apresentadas ao Pleno. O **Presidente Adelino (Titular/Segmento Usuário)** falou que todo o material apresentado, foi enviado anteriormente aos conselheiros, seguindo o Regimento, para serem apreciados e para que pudessem ser levantados alguns pontos de observação, e também ali no Pleno, as Comissões de Orçamento e Finanças, Políticas Públicas e de Acompanhamento e Fiscalização acompanharam. O **Conselheiro Edvan (Titular/Segmento Trabalhador)** questionou o porquê da contratação dos ACSs e ACEs serem por tempo determinado. O **Secretário Dr. Danilo Stanzani** respondeu que já foi corrigido, não seria mais por tempo determinado, seria por chamamento público, com regime de CLT, por seleção pública. O **Conselheiro Isídio (Suplente/Segmento Usuário)** falou que as Comissões que avaliaram as contas, recomendavam a aprovação. O **Presidente Adelino (Titular/Segmento Usuário)** lembrou que era apresentação de Prestação de Contas do 3º quadrimestre, que a cada quatro meses a Secretaria, o Fundo Municipal fazia a apresentação para o Conselho e depois faria uma Audiência Pública, feita na Câmara Municipal. O **Sr. Aparecido** informou que na apresentação Pública do 2º quadrimestre, não houve participação efetiva. O **Presidente Adelino (Titular/Segmento Usuário)** perguntou como era feito o comunicado da apresentação Pública na Câmara. O **Sr. Aparecido** respondeu que seguia a lei e fazia uma

publicação no jornal O Vale, com 10 dias de antecedência, para o conhecimento da população. A **Conselheira Emilia (Titular/Segmento Trabalhador)** perguntou se haveria como fazer uma apresentação conjunta, programar de tal forma que essa apresentação tivesse a presença do pessoal da Câmara, para ser aprovada. O **Sr. Aparecido** respondeu que as apresentações eram distintas, 1º se aprovaria, para depois poder fazer a audiência, eram dois ritos distintos, 1º se aprovaria a apresentação no Pleno para o Conselho, depois teria um tempo hábil, para poder fazer a Audiência Pública. O **Presidente Adelino (Titular/Segmento Usuário)** falou que a função do Conselho, seria deliberativo, então não poderia junto com o Conselho deliberativo aprovar ou rejeitar e ter a sociedade, como um todo da população, que seriam coisas distintas. Somente teria a apresentação pública, para qualquer cidadão, depois que passasse pelo Pleno, era uma exigência legal, tinha um rito para seguir. O **Sr. Aparecido** informou que a apresentação pública aconteceria no dia 08 de fevereiro, na Câmara, a partir das 15 horas. A **Conselheira Palmira (Titular/Segmento Usuário)** perguntou se a comunicação da Audiência Pública estava na página da Prefeitura. O **Sr. Aparecido** respondeu que iria verificar, mas seguia a lei, que diz que era preciso publicar, não falava da divulgação dentro da página da Prefeitura, iria ver se poderia colocar dentro da página. O **Secretário Dr. Danilo Stanzani (titular/Segmento Gestor)** confirmou a existência do problema do não comparecimento da população, referente à audiência pública, disse que poderia ser realizada no Paço, no anfiteatro, que todos podiam participar e com relação à publicação, poderia ser ampliada para o Site da Prefeitura, mas teria de passar pela Comunicação, pela Governança, mas observou que tinha uma visibilidade muito baixa, que somente entrava no Site, quem tinha interesse em contratar serviço da Prefeitura. A **Conselheira Palmira (Titular/Segmento Usuário)** perguntou por que era publicado no jornal, se nem todos liam o jornal. O **Secretário Dr. Danilo Stanzani (titular/Segmento Gestor)** respondeu que seguia o que estava na lei, o importante para a Secretaria era o Conselho Municipal de Saúde aprovar as contas, que também era uma determinação legal, a lei determina que seja publicado em um jornal de grande circulação no município, o maior jornal do município é O Vale. O **Presidente Adelino (Titular/Segmento Usuário) seguindo o rito para a aprovação da apresentação, após pedir aos conselheiros que se manifestassem caso não aprovassem, e sem manifestação alguma, foi aprovada por unanimidade pelos conselheiros do COMUS.** O **Vice-Presidente André (Titular/Segmento Trabalhador)** mencionou um assunto, levantado há duas Plenárias anteriores, no mês de novembro foi apresentado um problema de Saúde Pública, referente ao uso irracional de medicamentos, disse que medicamento era um item importante para recuperação e promoção da saúde, porém, usado de maneira inadequada, de forma irresponsável, poderia causar determinados problemas. Falou do Projeto apresentado no Congresso, referente à distribuição ou venda de medicamentos em supermercados, mercados ou estabelecimentos similares, sendo assim, foi apresentada no mês de novembro, uma proposta de redação de uma moção de repúdio a esse projeto de lei apresentado em Brasília, que falava sobre a liberação de medicamentos em supermercados. Disse que isso era um retrocesso, não estavam democratizando a saúde, não estavam democratizando o medicamento, mas de certa forma, expondo a população ao risco da automedicação irresponsável, disse que a automedicação era um procedimento comum e cultural no Brasil, feito em crianças e adultos, porém, a automedicação se tornaria danosa e preocupante, quando era irresponsável, sem critério e sem orientação, ou seja, aquela automedicação que buscava informação na internet, no vizinho e tantos outros lugares que não trariam segurança, com relação à informação correta. Na sequência, o conselheiro leu a moção, com proposta a ter a aprovação do Conselho para ser uma moção contra esse projeto de lei. *"Moção de Repúdio, Conselho Municipal de Saúde em reunião Plenária, realizada no dia 30 de janeiro de 2.019, aprovou a Moção de Repúdio ao Projeto de Lei nº 9.482 de 2018. O Conselho Municipal de Saúde reunido no dia 30 de janeiro de 2019, decidiu tornar pública, sua decisão contrária a aprovação do Projeto de Lei nº 9.482 de 2018 de autoria do*

Deputado Federal Ronaldo Martins do PRB do Estado do Ceará, que pretende alterar a Lei nº 5.991 de 1973, a fim de autorizar os supermercados e estabelecimentos similares, a dispensarem medicamentos isentos de prescrição médica. A comercialização de medicamentos em supermercados, promoverá a falsa impressão de que se trata de um produto, isento de risco, o que trará grande prejuízo à saúde da população, pois aumentará o estímulo inconsciente à automedicação, e consequentemente ampliará os casos de reação adversas, intoxicações, interações com outros medicamentos e alimentos, e outras substâncias. Diminuição ou perda do efeito do medicamento em decorrência do uso incorreto, uso sem que haja necessidade, mascaramento e agravamento de doenças. O projeto de lei fala em diminuição substancial de custos para o sistema de saúde, no entanto essa justificativa é inaceitável. Se aprovado esse projeto de lei, provocará aumento de gastos no âmbito do Sistema Único de Saúde, na rede privada também, decorrente do agravamento de doenças e interações causadas pela utilização irracional de medicamentos. Medicamento isento de prescrição, não é isento de orientação, pois para que promova o resultado desejado, deve ser utilizado com orientação de um profissional legal e tecnicamente habilitado, que deve efetuar uma avaliação prévia dos sinais, sintomas e das características individuais de cada paciente, para determinar o fármaco e a dosagem adequada. Estabelecer que medicamentos, somente podem ser dispensados em farmácias, sobre orientação de responsabilidade do farmacêutico, não é uma forma de restringir o acesso, mas sim, de garantir a segurança dos pacientes. Por esse motivo, sabiamente a lei federal de nº 13.021 de 2.014, estabelece em seu artigo 13º, que o farmacêutico deve prestar orientação farmacêutica, com vistas a esclarecer ao paciente, a relação benefício e risco, a conservação e a utilização de fármacos e medicamentos, inerentes a terapia. Bem como as suas orientações medicamentosas e a importância do seu correto manuseio. Portanto, a aprovação do projeto de lei nº 9.482 de 2.018, não assegura a qualidade de vida, mas sim, prejudica. É direito de todo cidadão, contar com assistência do farmacêutico ao adquirir medicamentos. A vida humana é prioridade e deve ser respeitada acima de qualquer outro interesse." Falou que essa era a Moção de Repúdio, redigida e sugerida para que fosse aprovada no Plenário. O **Presidente Adelino (Titular/Segmento Usuário)** pediu para que o conselheiro Dr. Othon se pronunciasse, lembrou que o mesmo havia feito uma observação referente ao assunto. O **Conselheiro Dr. Othon (Titular/Segmento Trabalhador)** disse que se vê atualmente, o contrário, venda nas farmácias de alimentos e outros produtos, que deveriam ser feitos somente em locais adequados. Sugeriu que dentro da moção, houvesse esse apelo, para que cada um, seguisse as regras existentes, que dentro do supermercado não seja permitida a venda de fármacos e dentro de farmácia não seja permitida a venda de produtos que não tenham nada a ver com a área que se propõe. O **Secretário Dr. Danilo (titular/Segmento Gestor)** falou referente a liberalidade da venda de medicação, que era extremamente perigosa à saúde. Disse que por serem duas coisas diferentes, deveriam ser tratadas como objetos diferentes. Falou que concordava que viraria um chamariz, a pessoa entrava na farmácia, pelo que encontrava nas prateleiras e acabavam consumindo, que também ficavam em gôndolas as medicações na farmácia e acabavam não recebendo a informação farmacêutica correta. Sugeriu que poderia tratar em duas moções diferentes. O **Conselheiro José Marques (Suplente/Segmento Usuário)** falou que a moção lhe parecia perfeita, porém levantou uma dúvida, se o farmacêutico teria alguma responsabilidade quando o cidadão comprava um remédio sem prescrição médica. O **Presidente Adelino (Titular/Segmento Usuário)** lembrou que o conselheiro Dr. André era do órgão fiscalizador do Conselho de Farmácia e o conselheiro Dr. Othon era do Conselho fiscalizador da atividade Médica. O **Vice-Presidente André (Titular/Segmento Trabalhador)** falou que o profissional farmacêutico estava na farmácia, como autoridade sanitária e teria que prezar pela saúde da população. Se a escolha do medicamento fosse uma orientação do profissional farmacêutico, ele tinha a obrigação de garantir a segurança desse paciente. Na

liberação da venda de medicamentos em supermercados e similares, mercadinho, armazém, ou boteco, não teria um profissional habilitado ou capacitado para orientar a aquisição do medicamento nesses estabelecimentos. Na farmácia, a responsabilidade seria do farmacêutico, inclusive as prescrições médicas que eram aviadas, ou que eram dispensadas na farmácia, o último filtro, o último olhar, era o do profissional farmacêutico, que ao dispensar, vender ou o ato de distribuir esse medicamento, se o profissional farmacêutico entendesse que existia uma incoerência ou algum risco à saúde do paciente, era obrigação do farmacêutico entrar em contato com o prescritor e tirar as dúvidas, para garantir a segurança, tanto do paciente, quanto do ato da prescrição. A **Conselheira Margarete (titular/Segmento Gestor)** disse que toda medicação teria o modo ideal de armazenamento, que isso não se poderia garantir em lugar nenhum comercial, isso era o mais importante, por que às vezes o medicamento nem tem o efeito, dependendo de como ele foi acondicionado, isso era o fundamental, não era uma bala. O **Presidente Adelino (Titular/Segmento Usuário)** após ouvir as partes, propôs a pedido da mesa, para que fosse feita outra Moção e trazer na reunião seguinte, com as devidas observações, separar o segmento de mercado do outro e pediu para que o conselheiro André e o conselheiro Othon, fizessem a Moção em conjunto, nesses termos, falou que colocaria a apresentada em votação e a próxima, traria na reunião seguinte, para ser lida e colocada em votação. Colocou em votação a **Moção para Repúdio, sobre a venda de medicamentos em supermercados ou similares, baseado no Projeto de lei nº 9482/2018, autoria do Deputado Federal Ronaldo Martins do estado do Ceará, seguiu o rito de votação e ao final, foi aprovada por unanimidade**. Colocou em votação a proposta de trazer para a próxima reunião, a outra Moção direcionada a não ter venda de produtos estranhos a medicamentos, em farmácia, seguiu o rito da votação, e ao final foi aprovada por unanimidade. O **Conselheiro Dr. Othon (Titular/Segmento Trabalhador)** parabenizou a Comissão organizadora da Conferência Municipal de Saúde, pela Pré-Conferência realizada na Região Sul. Pediu para que a mesma, fosse mais difundida, falou do carro de som, que divulgaria o evento pelas ruas e sugeriu, para ser visto pelos CGUs de cada Unidade, para a próxima a ser realizada na Fundhas do Putim, Região Sudeste, para ver junto às Unidades Básicas de Saúde da região, para que os titulares e suplentes dos CGUs, que participassem, juntamente com os Gerentes, que têm participado. Considerou muito boa e produtiva a Pré-Conferência, que a Secretaria trabalhasse na divulgação, para o que se pretendia fazer. O **Presidente Adelino (Titular/Segmento Usuário)** observou que teria uma reunião no dia seguinte, com a Comissão organizadora da Conferência e seria tratado da parte da comunicação para a Pré-Conferência, informou que o carro de som estaria divulgando na região onde haveria o evento, e estariam colocando cartazes nas Unidades de Saúde da região, para conhecimento da população. O **Conselheiro Dr. Othon (Titular/Segmento Trabalhador)** pediu a todos os Conselheiros, mesmo os que não pertencessem à região, para participarem e lembrou que Conselheiro era um Delegado nato, na Conferência. O **Conselheiro Romildo (Titular/Segmento Usuário)** cobrou da Secretaria um dentista para atender na UBS Dom Pedro, informando ser uma demanda da população, disse que estava faltando o compressor para ser colocado e pediu uma resposta do Secretário para saber quando seria colocado, para que as pessoas pudessem fazer seu tratamento dentário. O **Secretário Dr. Danilo Stanzani (titular/Segmento Gestor)** disse que o Prefeito havia autorizado a contratação de 20 dentistas, que não ficaria fixo em uma única UBS, atenderia em duas UBSs ou escola, para que tivesse uma maior abrangência na região, no momento não saberia informar o andamento, mas com certeza estaria chegando em breve, para atender a população local. Com relação ao compressor, ficou de ver no dia seguinte o que estava acontecendo, teria alguns aparelhos de reserva e seria fácil de resolver. O **Presidente Adelino (Titular/Segmento Usuário)** identificou com o conselheiro Romildo, que o caso do compressor, seria devido ao fato de ter havido roubo e na sequência dos trabalhos, informou que teriam 5 munícipes para terem a palavra, e chamou para participar, de acordo com as inscrições feitas. O **Conselheiro do CGU**

Carlos Alberto da UBS Buquirinha que cobrou o Presidente, referente à eleição do CGU da UPA do Alto da Ponte, falou que já estava vencido e meio enrolado para sair a eleição. Pediu que o Conselho ajudasse na UBS do Buquirinha, referente à obra de reforma da UBS, já havia falado outras vezes, tentou conversar com a Secretaria, para conhecer o projeto da obra no prédio, mas informou que até aquele momento, não tinha sido atendido em sua demanda e não sabia como iria ser, disse que foi iniciada a obra, mas parou e estavam sem saber do projeto da reforma. Falou do dentista, informou que na UBS eram prestadas apenas 50 horas desse serviço e a UBS do Buquirinha abrangia toda a parte rural, além da UBS do Bonsucesso, mas disse que 50 horas seria pouco, precisam no mínimo dobrar a quantidade de horas de dentista, no bairro do Buquirinha. Cobrou novamente com relação aos carros, referente à verba do Deputado Zarattini para a UBS do Alto da Ponte, Vila Paiva, Altos de Santana e Bonsucesso, questionou como estava essa situação, se foram adquiridos, se foram para as UBSs, para poder prestar contas a demanda da população, e também cobrou do Nobreak, que iriam para as UBSs, informou serem diversas e ser R$800.000,00, precisaria saber para continuar trabalhando e trazer mais recursos para São José. O **Secretário Dr. Danilo Stanzani (titular/Segmento Gestor)** respondeu que com relação a obra, disse que a 1ª que foi realizada, uma obra grande, onde foi relatado que a UBS estaria afundando, foi encontrado uma tubulação de esgoto rompida e a terra estava escoando pelo esgoto, a tubulação passava a 4 metros de profundidade, foi realizado uma grande obra de contenção, foi reformada a tubulação de esgoto, estabilizaram com muro de contenção a varanda da Unidade, retiraram um pequeno jardim que havia, para fazerem o muro de contenção, foi uma obra emergencial que teve de ser feita, por conta do desnivelamento do terreno. A outra obra que seria feita, era o reparo do telhado, que apresentava goteiras, empenamento de vigas e também a retirada do muro, que estariam discutindo com o proprietário, de colocar gradil para ficar mais agradável para a população e ficar mais segura, do lado de fora poderão conseguir ver o que estaria acontecendo, dentro da Unidade, evitando depredação, disse que o projeto de ampliação, não estava previsto no local. Com relação aos dentistas, não por área, mas por número de usuários, com os 20 novos odontólogos, onde fosse necessário, seriam distribuídos no Município inteiro. A questão das emendas parlamentares, o Sr. Gilson apresentou para o Secretário, mas estavam faltando emendas, pediu que refizesse e para que colocasse as emendas de todos os parlamentares, para ser apresentado no Pleno, esta era a razão de ainda não ter trazido, disse que seria informado o que já havia entrado de verba, porque às vezes era feito a emenda, mas o recurso não chegava, então estaria sendo pedido para apresentar todas as emendas, em único relatório para ser apresentado em reunião e também a questão do carro, se foi destinado para este fim. O **Sr. Leandro Gimenez** falou sobre a Moção aprovada, disse ser pertinente e levantou uma questão ao conselheiro André, mencionou as grandes redes de hipermercados em São José dos Campos, Extra, Carrefour e Walt Mart, informou que possuem farmácias próprias, inclusive com farmacêuticos, perguntou se estariam fora do projeto de lei. Falou que o motivo do seu comparecimento na reunião, seria para elogiar o trabalho dos Agentes de Combate a Endemias de São José dos Campos, que estão nas ruas, na linha de frente no combate a Dengue, disse que recentemente, nos meses de dezembro e janeiro, houve 1 caso no Jardim Sul, onde reside e por conta disso, os agentes foram para a rua, fizeram as vistorias e realizaram todo o trabalho que deveria ser feito. Disse que entregou para o Secretário e para a Secretária do COMUS, uma carta de elogio e pediu permissão para ser lida no Pleno, para que constasse na Ata do COMUS, informou que a data, foi de quando foi redigida. *"São José dos Campos, 25 de janeiro de 2019. Ao Sr. Adelino Lidovino de Oliveira Pezzi, Presidente do COMUS SJCampos. Venho, através desta, elogiar o trabalho prestado pela equipe de combate a dengue da secretaria municipal de saúde de São José dos Campos SP. Recentemente, tivemos um caso de suspeita de dengue no bairro Jardim Sul. Prontamente, as equipes se deslocaram para o bairro, indo de casa em casa, notificando os moradores, vistoriando as casas e no dia seguinte fazendo a*

dedetização das casas. Gostaria de ressaltar o profissionalismo dos agentes de combate de endemias, que com muita atenção e gentileza, fazem um trabalho bastante importante para a manutenção da saúde de nossa cidade. Que estas humildes palavras sirvam de incentivo para que os agentes de combate de endemias continuem trabalhando para que a nossa cidade continue livre da dengue. Atenciosamente: Leandro Francisco Gimenez, Líder Comunitário" . E disse que estaria entregando uma cópia para o Sindicato dos Agentes de Saúde e Agentes de Controle de Endemias. O **Vice-Presidente André (Titular/Segmento Trabalhador)** explicou que quando se fala de medicamentos expostos dentro de supermercados e similares, seriam medicamentos nas gôndolas dos supermercados, o que não poderia acontecer, lembrou que as farmácias, nos grandes supermercados, são farmácias independentes, estão nas galerias dos supermercados, mas ficam na área comercial externa do supermercado, fora da área interna de venda de produtos, fora dos caixas, totalmente isolada, com a presença dos farmacêuticos e balconistas, seria uma empresa com CNPJ diferente do supermercado, que não se encontra medicamento nas prateleiras desses supermercados. O **Secretário Dr. Danilo Stanzani (titular/Segmento Gestor)** agradeceu o elogio, informou que o Sr. Edvan do SINDACS, levaria pessoalmente a carta, mas não poderia deixar de mencionar uma pessoa importante, a Secretária Adjunta Margarete, que coordenava os serviços do CCZ, responsável pelo treinamento dessas pessoas e agora atuava como Secretária Adjunta e tem um olhar especial por esses colaboradores. Informou que o Prefeito autorizou a contratação de mais 100 Agentes de Controle de Endemias e estavam iniciando esse processo. Passou a palavra à munícipe **Sra. Margarete** que falou que, como o presidente Adelino falou que o COMUS é um órgão de fiscalização de controle social, ela gostaria de pedir a volta das macas nos corredores do Hospital Municipal e os hospitais estão negando pedido de internação, onde em seu conhecimento houveram pacientes que tiveram seus pedidos de internação negados no Hospital Municipal, Hospital de Clínicas Sul e Pio XII e os pacientes da UPA Norte estão esperando um tempo longo para internação. Comentou que quando a pessoa vai para a UPA e ela é estabilizada, mas que a pessoa não vai para o Hospital Municipal em razão de que lá é de caso grave, a pessoa volta para casa, sendo que ela ainda possui o problema, para a pessoa ir para a UBS e passar por todo o percurso, passar pelo especialista e exame é muito demorado, ou seja, é preciso ver uma maneira de agilizar para as pessoas que estão na UPA e que saem da UPA. Falou que gostaria de colocar para o COMUS o que poderia ser feito para ajudar esses pacientes. O **Secretário Dr. Danilo Stanzani (titular/segmento Gestor)** comentou que em relação a transferência da UPA para um hospital de internação eles possuem algumas instituições que promovem esse serviço como no Hospital de Clínica Sul, no Hospital Municipal e na Santa Casa. Falou que estão fechando junto com a DRS (Diretoria Regional de Saúde), a micro regulação regional, onde eles se juntaram com os municípios do Alto Vale, Jacareí, São José, Igaratá, Paraibuna, Jambeiro, Monteiro Lobato e Caçapava, e está sendo criada uma rede de referência, exemplo, no caso do marca passo é criado a primeira e a segunda referência, no caso de uma UPA a primeira referência é o Hospital Municipal, caso não tiver vaga no Hospital Municipal a pessoa é levada para a Santa Casa, caso não haja vaga na Santa Casa a pessoa é colocada no CROSS (Central de Regulação de Ofertas e Serviços de Saúde) e o CROSS coloca a pessoa dentro do Hospital Regional. Comentou que é uma central do Estado que fica em São Paulo e eles possuem toda a pactuação de quem faz o que em todo o Estado. Afirmou que estão planejando e deve entrar em funcionamento no mês de fevereiro, em razão de que o Hospital Regional de São José é um contrato do Estado e o hospital só aceita em seu contrato pacientes via CROSS. Comentou que como eles não pertenciam ao CROSS, pois eles regulavam o próprio município, acaba-se tendo um problema de acesso, ou seja, a informação é levada para a DRC e ela entra em contato com o Hospital Regional para colocar o paciente dentro do hospital. Falou que a partir de agora o paciente que tentou ir no Hospital Municipal agora responde em um sistema informatizado, ou seja, caso não haja vaga a pessoa que respondeu que não há vaga fica com o nome e o

CRM registrado e imediatamente a microregulação manda para a Santa Casa, caso a Santa Casa fale que não há vaga automaticamente isso vai para o CROSS, o CROSS olha qual a estrutura terciária mais próxima da cidade com vaga e encaminha o paciente. Relatou que o Pio XII entra como algumas referências para São José e o Pio XII não foi aberto para os outros municípios, pois se ele fosse aberto ele passaria a ser porta de entrada para outros municípios. Comentou que em relação aos pacientes que ficaram na UPA, não conseguiu ser internado por algum motivo e ele vai de alta da própria UPA eles possuem uma reserva técnica em todas as UPA, ou seja, cabe ao gestor da UPA entrar em contato com sua UBS de referência para qualificar a alta do paciente. Afirmou que o paciente que ficou internado por qualquer motivo tem preferência no agendamento da consulta. Falou que no momento da alta a própria unidade entra em contato com a Unidade Básica de Saúde e a pessoa é colocada na agenda. A **Sra. Margarete** relatou que essa prática nunca aconteceu. O **Secretário Dr. Danilo Stanzani (titular/segmento Gestor)** afirmou que iria cobrar o gestor da UPA Alto da Ponte, pois é uma ferramenta que existe e precisa ser utilizada. Comentou que há um terminal no Hospital Municipal, um terminal no Hospital de Clínica Sul, nas UPAs o contato é feito pelo serviço social nas UPAs de gestão direta, o terminal tem acesso a agenda da UBS e o próprio assistente social do Hospital e do Clínica Sul que estão sob gestão de organização social faz o agendamento direto no SUS quando o paciente sai de alta. A **Sra. Margarete** afirmou que não há nenhum problema com a UPA Alto da Ponte, pois na gestão passada, como ela era conselheira na unidade, ela possui um bom relacionamento com a gerente e como ela está indo na unidade e o que ela está vendo a unidade está perfeita. O **Secretário Dr. Danilo Stanzani (titular/segmento Gestor)** comentou que possuem a reserva técnica e há uma reserva hospitalar onde há 4 vagas reservadas que caso não forem preenchidas até o dia anterior elas são usadas para chamar pacientes para consulta eletiva, ou seja, tem até 24h para eles chamarem o paciente para consulta. O **Sr. Eduardo Guedes** falou que veio fazer um relato e veio perguntar o porquê de quererem desmantelar o Projeto Casulo. Comentou que ontem faz 1 ano que sua filha nasceu bem graças ao Projeto Casulo, mas que ele teve a infelicidade de ter sua filha no Hospital da Vila, pois ele ficou 12h com sua filha no colo e sua esposa em um corredor com perigo dela pegar alguma contaminação biológica, pessoas com o atendimento grosseiro, tanto com ele como com sua esposa. Falou que precisou ligar para o Sr. Anderson, Secretário do Prefeito Felício Ramuth, ele filmou dentro do Hospital da Vila o atendimento e a situação que sua filha estava, imediatamente Sr. Anderson ligou e pediu que o vídeo fosse retirado da rede social pois ele iria resolver a situação, onde em resposta ele falou que não iria retirar o vídeo, pois se sua filha e sua esposa estava naquela situação outras famílias também estavam na mesma situação. Comentou que acha um absurdo ele ter que ficar com sua filha no corredor já que o Prefeito falou em rede social e falou na vanguarda que a quantidade de leitos tinham sido aumentados no Hospital da Vila, mas que infelizmente ele passou por essa situação ruim, sendo maltratado, sua esposa passando mal e ninguém dando atenção. Falou que outra situação foi com a filha de seu amigo que estava aguardando 2 dias no Hospital da Vila Industrial por um hematologista, mas que no Hospital da Vila Industrial o hematologista que tinha aposentou, ou seja, agora não há mais hematologista no Hospital da Vila. Comentou que veio falar sobre o Projeto Casulo, pois foi um projeto que foi até sua casa, deu assistência e foi de uma utilidade imensa tanto para sua família quanto para outras famílias que são acolhidas no Projeto Casulo. Falou que essa proposta do que querem fazer com o Projeto Casulo ele como munícipe possui o direito e o dever de reivindicar algo tão bom e útil para São José dos Campos e que não pode ser desmantelado de uma hora para outra. Comentou que o Prefeito fala que é uma redução de custo para a cidade, mas que possuem milhões de dinheiro sendo jogados fora no aterro na Lei Orgânica Municipal que poderia ser utilizado em recurso para a cidade e para a parte de saúde e segurança, mas que ninguém possui essa visão. Falou que vem como munícipe pedir essa atenção não somente do Secretário, mas que o Secretário converse com o Prefeito para que ele também tenha essa visão. Relatou que quando a pessoa

vai na UPA do Putim ela fica 4h a 5h aguardando para ser atendida, pois não há médicos. Pediu que os profissionais de saúde fiscalizassem mais as UPAs, pois há funcionários nos corredores que ao invez de estarem atendendo ficam mexendo no celular. O **Secretário Dr. Danilo Stanzani (titular/segmento Gestor)** falou que em relação ao Projeto Casulo o projeto não está sendo desmantelado ou desmontado, mas o Projeto Casulo está sendo transferido de endereço, ou seja, o projeto será mantido, o serviço será mantido e a assistência será mantida, mas em outro endereço. Comentou que irá levantar tudo o que está acontecendo. Relatou que a pesquisa de opinião que é feita no Hospital Municipal, a maternidade tem quase 100% de aprovação, ou seja, ela levanta a média de aprovação de todo o hospital, pois se sabe que o pronto socorro é uma área que não é bem avaliada, mas o hospital fica com 90% a 95% de aprovação graças à maternidade. A **Sra. Rosa Miranda** perguntou qual será o serviço que deixará a UES para poder comportar o Projeto Casulo. Comentou que está no tratamento de Lúpus e necessita de um remédio que ela mesma tem bancado desde dezembro de 2017, pois ela está na fila do oftalmo para conseguir uma consulta. Falou que desde dezembro a médica a Dra. Lidia Valente a encaminhou para o Provisão já que a rede pública não aceita que ela pague essa consulta para que o oftalmo assine junto com a doutora para que o município forneça a ela o ig cloroquina, que é o remédio que ela precisa para tratar o Lúpus e que hoje ela precisa pagar para ter esse remédio. Falou que gostaria de saber a resposta sobre essa questão, pois foi dito pelo Secretário que exames seriam contratados, mas que ela já está há mais de 1 ano esperando essa consulta, ou seja, o Provisão acabou, não a chamaram e ela é obrigada a pagar esse remédio, em razão de que o município não dá a ela essa consulta. O **Secretário Dr. Danilo Stanzani (titular/segmento Gestor)** afirmou que o serviço vai somente trocar de endereço. Comentou que o que será tirado da UES será o CEREST que é uma parte relacionada a saúde ocupacional que possui uma grande parte administrativa e que será levada para dentro da Secretaria de Saúde, ou seja, na UES só irá ficar a consulta do médico do trabalho, mas que será ganho um espaço grande para abrigar todos os serviços. Comentou que terá uma ampliação do andar térreo com foco exclusivo ao Projeto Casulo. Falou que em relação à oftalmologia houve um problema onde o Provisão passou e teve que interromper o funcionamento e foi aberto credenciamento, mas que hoje eles conseguem colocar todos os serviços dentro do Hospital Municipal, sendo o Glaucoma e urgência, ou fazer credenciamento. Afirmou que de agosto até o momento atual eles conseguiram diminuir a fila de consultas de 22 mil pessoas esperando para 9 mil pessoas. Falou para a Sra. Rosa Miranda que ele irá pegar o CRA dela, pois deve haver um problema no encaminhamento e deve ter colocado ela como baixa prioridade no final da fila. O **Sr. Edson** perguntou o que está sendo atendido hoje no Provisão, pois era atendido mapeamento e retina e cirurgias, mas que hoje a população fica perdida sem saber onde está esse atendimento. Comentou que gostaria de falar sobre a segurança nas UBSs, pois isso está trazendo uma preocupação muito grande, em razão de que no Hospital de Clínicas Sul houveram 11 agressões, onde o último ocorrido foi uma agressão de um homem contra uma mulher. Perguntou o que o poder público está fazendo em relação a essa parte para que o pior não aconteça. Comentou que as Pré-Conferências Municipal de Saúde foram pouco divulgadas, foi falado que em cada UBS deveria ter um banner para que isso fosse divulgado, mas que isso não aconteceu e muitas pessoas perderam a oportunidade de terem voz para chegar até o poder federal. O **Secretário Dr. Danilo Stanzani (titular/segmento Gestor)** falou que em relação oftalmologia por muito tempo foi tratada exclusivamente no Provisão e ele possuía um contrato por inexigibilidade, ou seja, só o Provisão fazia esse serviço por ele ser qualificado e habilitado pelo Ministério da Saúde e toda assistência oftalmológica era no Provisão, mas que nunca foi por procura direta, ou seja, se alguma pessoa quisesse passar no oftalmologista a pessoa tinha que passar na UBS, pegar o encaminhamento e esperar ser chamado para ir para o Provisão. Afirmou que isso continua até hoje, não no Provisão, mas em qualquer clínica que eles credenciaram. Falou que não é preciso saber onde será a consulta, pois após marcarem a consulta a

unidade irá ligar para o telefone cadastrado pela pessoa na Unidade Básica de Saúde dizendo qual o endereço e qual o horário da consulta. Comentou que o último serviço que eles estão fazendo é o credenciamento de consultas e cirurgias além da catarata, ou seja, toda a oftalmologia está coberta no município novamente por outro modelo sem ser pelo contrato por inexigibilidade. Falou que o primeiro serviço que saiu do Provisão foi o Glaucoma que foi para o Hospital Municipal, mas está sendo pensado em tirar o Glaucoma e fazer uma licitação desse serviço, o hospital fornece o colírio e eles possuem uma ideia de licitação para a consulta e acompanhamento e o colírio ficaria com a Secretaria de Saúde, mas que isso ainda não foi executado. Comentou que o que está sendo executado é o Hospital Municipal fazendo o tratamento do Glaucoma. Relatou que o Hospital Municipal também trata das urgências, ou seja, o paciente que passa por alguma urgência na UPA a UPA encaminha para o Hospital Municipal e o Hospital Municipal faz o tratamento de urgência oftalmológica. Comentou que as demais, como consulta de oftalmologia, o transplante ainda está parado pois foi feito o credenciamento mas ninguém apareceu e o Provisão perdeu a habilitação e está retomando novamente a habilitação, em razão disso o paciente está sendo encaminhado para Sorocaba para que ele faça o transplante. Afirmou que o transplante precisa ser habilitado, ele não pode abrir para qualquer um e São José possui a Santa Casa, Santos Dumont, Clínica Shinzato e tinha o Provisão. Relatou que reabilitação para as pessoas que possuem alguma deficiência visual foi feita a contratação por inexigibilidade com o Provisão e hoje foi aberto credenciamento para as demais cirurgias, ou seja, a oftalmologia está coberta, eles estão ampliando para alguns hospitais que estão querendo vir para o município e está em negociação para que a assistência seja ampliada. Comentou que em relação a segurança ele não é especialista e recorre a quem entende do assunto, mas que há o botão de pânico, está sendo instalado alguns postes para alimentar os veículos elétricos e está sendo dado preferencia para colocar essas bases nas UPAs para que a guarda fique mais tempo em frente as UPAs. Falou que em relação a Conferência foi feito uma comissão Organizadora paritária com pessoas da gestão e do Conselho que fizeram toda a organização e foi identificado o que precisa ser melhorado, vai sair carro de som, os agentes comunitários está fazendo a notificação, mas que foi percebido que na própria eleição do Conselho Municipal a participação da sociedade foi fraca. O **Presidente Adelino (titular/segmento Usuário)** perguntou qual a diferença da contratação anterior para o credenciamento. O **Secretário Dr. Danilo Stanzani (titular/segmento Gestor)** esclareceu que a contratação anterior era um contrato que só era feito com o Provisão, pois ele tinha as habilitações junto com o Ministério da Saúde, ou seja, ele não precisava concorrer com uma licitação, nesse Governo o Prefeito Felício e o Secretário Dr. Oswaldo Huruta, tiveram um parecer jurídico dizendo que era possível fazer o credenciamento, no credenciamento são exigidos alguns documentos de legalidade da empresa, de especialização do profissional e qualquer empresa pode se credenciar e passa a atender, ou seja, eles aumentam a oferta de serviços para a população. Citou que na oftalmologia hoje há 5 empresas fazendo a oftalmologia junto ao Provisão. O **Conselheiro Dr. Othon (titular/segmento Trabalhador)** falou que os conselheiros estão ali para atender o bom funcionário e o mau funcionário precisa ser oficiado em seu Conselho para que ele seja orientado ou punido. Falou que foi comentado que os funcionários ficam no celular, se eles estão no horário de trabalho e ele está agindo errado é preciso que essa pessoa seja oficiada ao Conselho Regional de Medicina. Afirmou que precisam brigar por um melhor trabalho e uma melhor condição de trabalho, mas se eles estão em seu horário de trabalho é preciso trabalhar direito. Pediu para o Sr. Eduardo Guedes tomar cuidado na hora que ele for fazer uma reclamação. O **Sr. Edson** comentou que era preciso criar um Regimento dentro do hospital para a proibição de uso de celular. Afirmou que isso que ele está relatando é um constrangimento não só dele mais de todos que passam em uma unidade para ser atendido e já passou por essa situação. O **Secretário Dr. Danilo Stanzani (titular/segmento Gestor)** comentou que no painel que possuem eles acompanham as informações das unidades e o tempo de espera do azul é de 16 minutos na

UPA do Putim e para o atendimento do azul que é o que pode demorar até 4h agora está com 16 minutos de espera. O **Presidente Adelino (titular/segmento Usuário)** falou que é preciso procurar os caminhos para onde é preciso levar essas demandas, há um rito e o que está errado eles precisam corrigir. O **Conselheiro João Carlos (titular/segmento Usuário)** perguntou sobre a subutilização do Pio XII para patologia cardíaca. O **Secretário Dr. Danilo Stanzani (titular/segmento Gestor)** esclareceu que o Pio XII está sendo usado em sua totalidade e seu contrato irá acabar antes por estar usando a mais do que contratado do físico. Comentou que o que está sendo pleiteado é um remanejamento de recursos de serviços por conta do Hospital Regional. Falou que o prestador está preocupado com duas coisas, primeiro é que a Santa Casa vai começou a fazer tratamento de câncer e o Hospital Regional possui uma potência para fazer cardíaca. Afirmou que o Pio XII é preservado para o munícipe de São José. Relatou que a oncologia está funcionando muito bem, o transplante de medula foi ampliado para a rede Hebe Camargo, no mês de dezembro e janeiro estavam sendo liberadso 2 transplantes por mês e já foram feitos 6. Relatou que já estão negociando um novo contrato com o Pio XII. O **Presidente Adelino (titular/segmento Usuário)** finalizando a reunião agradeceu a paciência e a participação de todos. Não havendo nada mais a se falar a reunião foi encerrada às 18h39min.

Adelino Lidovino O. Pezzi
Presidente do COMUS

João Carlos Aparecido Machado
2º Secretário - COMUS

Érika Miryan S. Araújo
Secretária Executiva do COMUS

Dra Mar[illegible] Correia
Secretaria [illegible] / PSJC